

TRIBUTÁRIO E FINANCEIRO

STF – Plenário – Pauta: 10.12.2020 – 14h

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 4905

Constitucionalidade dos §§ 15 e 17 do art. 74 da Lei nº 9.430/1996, incluídos pela Lei nº 12.249/2010, bem como, por arrastamento, os arts. 36, caput, e 45, § 1º, I, da Instrução Normativa RFB nº 1.300/2012, que instituíram multa isolada de 50% sobre o valor do crédito objeto do pedido de ressarcimento indeferido ou indevido e, ainda, sobre o valor do crédito objeto de declaração de compensação não homologada.

Relator: Ministro Gilmar Mendes

RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 605.506 (tema 303)

Constitucionalidade da cobrança do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na base de cálculo das contribuições ao PIS e da COFINS exigidas e recolhidas pelas montadoras de veículos em regime de substituição tributária.

Relatora: Ministra Rosa Weber

RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 1.043.313 (tema 939)

Possibilidade de as alíquotas da contribuição ao PIS e da COFINS serem reduzidas e restabelecidas por regulamento infralegal, nos termos do art. 27, § 2º, da Lei nº 10.865/2004.

Relator: Ministro Dias Toffoli

TCU – Plenário – Pauta: 08.12.2020 – 14h30

TC 030.747/2019-8

Auditoria que teve por objetivo verificar a regularidade do processo de concessão de incentivos fiscais de redução do imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis e identificar os principais riscos que possam impactar o alcance dos resultados esperados com o uso desse instrumento de financiamento do desenvolvimento regional.

Órgãos/Entidades/Unidades: Ministério do Desenvolvimento Regional; Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil; Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia; e Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste.

Relator: Ministro Aroldo Cedraz